

**BREVE HISTÓRIA DO BRASIL:
PRESENÇA DA *RATIO STUDIORUM* NA ESCRITA DE PE. RAPHAEL M.
GALANTI**

**BRIEF HISTORY OF BRAZIL:
THE INFLUENCE OF *RATIO STUDIORUM*
IN THE WRITING OF FATHER RAPHAEL M. GALANTI**

Ligia Bahia de Mendonça¹

RESUMO: Investigar a presença da *Ratio Studiorum*, conjunto de normas criada para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos, no livro didático *Breve História do Brasil*, tomado no estudo por fonte/objeto de pesquisa, que foi utilizado no ensino da disciplina de História do Brasil nos institutos da Companhia de Jesus no Brasil é o objetivo deste artigo. A obra, dedicada ao público escolar infantil, de autoria do jesuíta Raphael Maria Galanti, foi publicada em 1913, pela editora Duprat & Comp., de São Paulo. A pesquisa reflete como o Padre Galanti, autor, também, de outras obras didáticas sobre a história pátria utilizadas nos colégios jesuítas, por meio da metodologia apresentada no impresso, recorre à *Ratio* para seguir as normas e procedimentos que uniformizam o ensino jesuítico e, por razões políticas da Ordem, exerce influência desta instituição religiosa, mesmo em meios não católicos. O estudo apresenta, também, o livro didático como objeto privilegiado da cultura material escolar para apreender a pedagogia, o conteúdo e o currículo vigentes nas escolas da Companhia de Jesus instalada no Brasil. A investigação dialoga com Viñao Frago (1998), Hernández Diaz (2002) e Dominique Julia (2001) sobre a cultura escolar e com Franca (1952) e Toledo (2000) sobre a *Ratio Studiorum*. A pesquisa conclui que o livro do inaciano Padre Galanti, utilizado nas escolas jesuíticas, no início do século XX, baseado na *Ratio Studiorum*, possui semelhanças e especificidades com outras escrituras didáticas que também circularam no sistema educacional brasileiro daquele momento.

Palavras-Chave: *Ratio studiorum*. Padre Raphael Maria Galanti. Livro didático. Breve história do Brasil.

ABSTRACT: To investigate the presence of the *Ratio Studiorum*, a set of norms created to regulate teaching in the Jesuit colleges, through the textbook *Brief History of Brazil*, taken in the study by source / object of research, which was used in teaching the discipline of History of Brazil in institutes of the Society of Jesus in Brazil is the purpose of this article. The work, dedicated to the children's school audience, by the Jesuit Father Raphael Maria Galanti, was published in 1913 by the publisher Duprat & Comp., of São Paulo. The research reflects how Father Galanti, also author of other didactic works on

¹ Mestre e Doutoranda em Educação pela UERJ. Professora do Ensino Fundamental da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

homeland history used in the Jesuit colleges, through the methodology presented in the form, uses *Ratio Studiorum* to follow the norms and procedures that standardize the Jesuit teaching and, for political reasons of the Order, exerts influence of this religious institution, even in non-Catholic means. The study also presents the didactic book as a privileged object of the school material culture to apprehend the pedagogy, the content and the current curriculum in the schools of the Company of Jesus installed in Brazil. The research dialogues with Viñao Frago (1998), Hernández Díaz (2002) and Dominique Julia (2001) on school culture and with Franca (1952) and Toledo (2000) on the *Ratio Studiorum*. The research concludes that the books of the Ignatius Father Galanti, used in the Jesuit schools in early twentieth century, based on the *Ratio Studiorum*, has similarities and specificities with other didactic scriptures that also circulated in the Brazilian educational system of that time.

Keywords: Ratio studiorum. Father Raphael Maria Galanti. Textbook. Brief history of Brazil.

Introdução

Breve História do Brasil: destinada às crianças do curso primário, como remete o título do livro foi dedicado ao público escolar infantil, de autoria do jesuíta Raphael Maria Galanti e publicado em 1913, pela editora Duprat & Comp., de São Paulo. Tomado por fonte/objeto de pesquisa neste estudo, foi utilizado no ensino da disciplina de História do Brasil nos colégios da Companhia de Jesus no Brasil. Percorrer suas páginas, é também notar a presença assídua da *Ratio Studiorum*. Neste sentido, é imprescindível, interpretar as práticas escolares sob a perspectiva da história material que “se construye principalmente a partir de los objetos” (ESCOLANO, 2010, p. 18), considerando para análise as singularidades que constituem o cotidiano escolar, dentre eles seus espaços e tempos, currículos, disciplinas e objetos materiais. Concebendo a escola um lugar de rupturas e matizes da reestruturação dos saberes (FORQUIN, 1993) interessa apreender o livro didático, como fonte e objeto de uma pesquisa, orientada pelo viés de interpretação da cultura material.

Para Viñao Frago (1998, p. 14)

as autobiografias e diários, os relatórios de visitas de inspeção, as descrições dos edifícios, das salas de aula, ou da vida escolar em geral, as memórias de arquitetos, fotografias e plantas, cadernos e diários de classe, exames, mobiliários,

têm sobre si uma compreensão diferenciada. Enquanto José Maria Hernandez Díaz (2002), reflete na perspectiva de que os prédios escolares e seus objetos

falam, por vezes até mais que as palavras dos professores ou alunos. Fez-se necessário, por certo, indagar, perceber as minúcias e inferir causas e efeitos, deste suporte de papel denominado livro didático, cujo formato, tipos de capas, marcas e a própria escrita, é intrínseco às práticas escolares. Foi preciso haver um estranhamento em relação a este objeto tão comum nas escolas, a ponto que pudesse informar sobre o “passado de la escuela y sus maestros, de sus niños y familias, del proyecto educativo de la sociedad del momento, de los intereses de la política educativa hegemônica” (HERNANDEZ DÍAZ, 2002, p. 46).

A pesquisa compreende cultura escolar, enquanto categoria de análise, sob a perspectiva de Dominique Julia (2001, p. 10), como:

conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

A análise dessas práticas e normas não podem se realizar sem que se pense nos sujeitos das instituições escolares jesuítas que utilizaram, por estratégia de ensino, o livro didático, neste caso, o *Breve História do Brasil* pois, seus agentes precisavam cumprir regras ou ordens, utilizando para tanto, dispositivos pedagógicos disponíveis e coerentes com o que deveria ser ensinado (JULIA, 2001), para que se apreendessem comportamentos e hábitos.

No entanto, antes de prosseguir com análise do livro em questão, apresento-lhes o autor desta e outras obras didáticas.

1. Padre Raphael Maria Galanti: autor de livros escolares

Nascido na pequena cidade italiana de Ascoli-Piceno, em 15 de novembro de 1840, ingressou às fileiras da Companhia de Jesus, estudando nos seminários de Roma, Inglaterra e Bélgica, ainda durante seus estudos, esteve no Brasil pela primeira vez, em 1867, em Florianópolis, no Colégio Santíssimo Salvador onde lecionou Gramática, História, Geografia e Aritmética. Fez parte daquela Ordem de 1860 até 1917, quando faleceu. Atuou como professor em vários Colégios e Seminários jesuítas brasileiros, e ainda como, historiador escreveu diversas

obras didáticas, o que o legitimou acadêmica e socialmente². Serviu para reconhecimento acadêmico e social, o padre é tema da atual pesquisa de doutorado.

Seu percurso profissional até a chegada ao Colégio Anchieta é de difícil reconstituição, embora seja relevante para entender o autor e sua obra, visto que,

[...] as trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também e, sobretudo interpretação. O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas. A nós nos parece que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. (SIRINELLI, 2003, p. 247).

A dificuldade na reconstituição se dá pelas poucas pistas deixadas “pelo e sobre” o padre. Identifiquei a circulação do religioso por vários colégios jesuítas dentre os quais o do Santíssimo Salvador de Desterro, como já mencionado. No Colégio São Luiz, na cidade de Itu, em São Paulo, lecionou muitos anos, entre os anos de 1874 e 1876, onde ensinou Filosofia e História Eclesiástica. Ente 1878 e 1880 interrompeu estadia no colégio paulista, a pedido do bispo D. Antônio de Macedo Costa³ a quem Pe. Galanti acompanhou em visitas pastorais, pelo o rio Madeira, onde evangelizou moradores locais e um grupo de americanos que trabalhavam na construção da ferrovia Mamoré, no Seminário de Belém ministrou Filosofia e História Eclesiástica. De volta a São Paulo, em 1881, no paulista ensinou Inglês, História Universal e História do Brasil. No período em que permaneceu nesta instituição escreveu a maioria de suas obras didáticas, tais como, *Compêndio de Grammatica Ingleza*, *Compêndio de Historia Universal*, *Lições de Historia do Brasil* e *Biographia de Brasileiros Illustres*, *Compêndio de História do Brasil – Tomo I – V*. Tornou-se membro de instituições relevantes para intelectualidade brasileira, como no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

2Na tese de doutoramento *Edificar e instruir: Missões jesuíticas nas cartas de Padre Raphael Maria Galanti na Woodstock Letters (1880-1910)*, defendida em 30/04/20, analiso mais profundamente a biografia do padre e os livros de sua autoria.

3O religioso foi preso em abril de 1874, por sua posição dentro da Igreja Católica, considerado um bispo reformador e por ser um dos bispos, juntamente, com D. Vital, que estiveram à frente do episódio conhecido como “Questão Religiosa”.

(IHGB), no Rio de Janeiro, Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP), no Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), na Academia Pernambucana de Letras (APL), no Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), em Campinas, Academia Ituana de Letras (ACADIL). Por fim, em 1899, foi para o Colégio Anchieta, na cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, onde lecionou História do Brasil e Inglês, nesta última instituição escreveu um livro dedicado às crianças.

2. Breve História do Brasil: um livro para criança

O livro didático é, em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar, como aponta Munakata (2016), que prossegue, considerando que, de modo geral “é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização” (MUNAKATA, 2016, p.123). Desta forma, como o objeto da cultura material, o livro didático, apresenta na sua materialidade informações e características que possibilitam interpretações sobre sua produção, circulação e usos no processo de escolarização.

História do Brasil: destinado às crianças do curso preliminar, foi livro didático, para ser usados nos colégios jesuítas, publicado em 1913, em São Paulo, pela Editora Duprat & Comp. Segundo Martins (2001), em sua obra pioneira sobre revistas e o papel social que desempenharam no final do século XIX e início do XX, ao tratar das editoras afirmou que,

[...] a Duprat fundada por H. Knosel, em 1862 e adquirida por Jorge Secker, em 1890, com a euforia do Encilhamento transformou-se em Companhia Industrial de São Paulo, propriedade de comerciantes abastados, com Duprat como gerente. Em 1902 a Duprat & Comp., tem como sócios o Barão Raimundo Duprat, futuro prefeito de São Paulo [1911 – 1914] e seu irmão Alfredo Duprat [...] (MARTINS, 2001, p. 177).

A Duprat ao lado da Casa Vanorden eram as mais antigas e as mais bem aparelhadas. No entanto, ao lado de outras tipografias foi considerada de pequeno porte (RAZZINI, 2002, p. 7). Foi responsável ainda pela impressão de

dois periódicos: O Criador Paulista e a Farpa (1910). Com a nacionalização do ensino, por ocasião da República, nacionalizou-se também o livro escolar, observa-se nestas editoras em tantas outras, um número relevante de produções de manuais escolares. No caso do livro em questão, notou-se as novidades no campo pedagógico sem, no entanto, fugir às orientações emanadas na *Ratio*.

Desde o final do século XIX e início do século seguinte, com a primeira Constituição republicana posta, e no seu bojo o acirramento do discurso e a concretização da separação entre Igreja e Estado, foi possível apregoar a modernização da sociedade brasileira como meta republicana o que repercutiu nas reformas educacionais e pedagógicas. Padre Galanti discursando no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro estabeleceu importância da história pátria, pois só a partir dela e de seu conhecimento poderiam “imitar as façanhas gloriosas do passado” (GALANTI; RIHGB, 1897, p. 316). Para Souza (2008) a esta meta da Primeira República tinha as seguintes finalidades:

Caberia a ela [a educação cívica] moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, inculcando-lhes especialmente valores e virtudes morais, normas de civilidade [...] Veiculando valores cívico-patrióticos, por meio dos quais cultivaria nas novas gerações o amor pela pátria (SOUZA, 2008, p. 37, 38).

Com a possibilidade de formar um novo cidadão por meio dos conteúdos deste novo currículo impregnado de valores patrióticos no ensino primário, apesar de Souza (2008) referir-se à escola primária da Instrução Pública, pode-se notar que os colégios jesuítas dedicavam-se majoritariamente à educação secundária, onde se tem notícia da utilização do manual aqui estudado, as escolas inicianas sofreram e se adequaram às interferências da regulamentação da legislação educacional vigente.

Neste período houve a reorganização dos cursos oferecidos pelas instituições, inclusive o primário, por ocasião da Lei Orgânica de 5 de abril de 1911. Estas modernizações foram explicitadas no *Resumo do Programma de Ensino*⁴ (1912), que reorganizou os cursos antes oferecidos, este documento

⁴ Tal documento foi editado também pela Duprat & Comp. e adotado pela Sociedade Brasileira de Educação – este nome foi utilizado para reabrir os Colégios da Companhia de Jesus, pois - tratava

serviu aos três Colégios da Companhia de Jesus: o São Luís, em Itu (SP), considerado a matriz; Anchieta, em Nova Friburgo (RJ) e o Externato Santo Ignacio, no Rio de Janeiro (RJ), ambos considerado filiais da instituição paulista.

Quando *Breve História do Brasil* foi lançado, em 1913⁵, padre Galanti já lecionava no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. Neste educandário o periódico dos alunos, *Aurora Collegial*⁶ chamou atenção para o livro em referência na seção "Na estante", que fazia parte da coluna "Chronica Collegial", avaliando-o como "livrinho útil" e "livro portátil", mencionando que o impresso fora recebido com dedicatória do Pe. Galanti pelos alunos do sexto ano (JORNAL AURORA COLEGIAL, 1911, p. 1). Fato é que este foi o menor livro em tamanho, com 10 x 15 cm, "próprio para aquele a quem é destinado" (JORNAL AURORA COLEGIAL, 1911, p. 1) e com 107 páginas "onde clara e concisamente, expõe principais fatos da nossa gloriosa história" (JORNAL AURORA COLEGIAL, 1911, p. 1). As qualificações dos alunos no jornal escolar possibilitaram apreender que o livro dedicado às crianças trouxe esta percepção aos alunos pelo aspecto pois, por ser pequeno, talvez querendo se comparar ao tamanho das crianças que o leriam, mostrando assim certa preocupação com a leitura do manual seguro por mãos pequenas. Razzini (2002) chama a atenção de que tal qualificação para os pequenos livros também se refere ao tipo de papel, a capa cartonada e um acabamento zeloso "tudo para tornar os livros mais atraentes e em sintonia com as novas exigências educacionais" (RAZZINI, 2002, p. 7). Além do seu diminuto tamanho, o que mais deste livro foi pensado para torná-lo motivador para as crianças?

Os conteúdos e suas divisões, a metodologia adotada – visível na divisão do conteúdo da disciplina - teve a preocupação de alcançar o pensamento e conhecimento infantil. Tais aspectos didáticos mostram íntima afinidade com

dos cursos (elementar, preliminar, fundamental e preparatório especial), das médias que os alunos poderiam obter, de aulas livres e da distribuição semanal das horas de aula.

⁵Não se pode afirmar que este foi o único livro editado, pois os alunos se referem ao mesmo, como se já tivessem lido e possivelmente o leu, mas na forma de "postilas" que eram preparadas pelos professores de determinada disciplina para serem utilizadas em suas aulas (VECHIA; LORENZ, 1998).

⁶Este impresso foi uma produção dos alunos da Divisão dos Maiores, sob orientação dos padres, circulou quinzenalmente, de 1905 a 1922. Cf. Mendonça (2010).

*Ratio Studiorum*⁷, que buscava a educação integral do aluno, com uso de várias estratégias, dentre as quais a preleção, que:

[...] na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visa comunicar fatos, mas desenvolver e ativar o espírito. Com uma compreensão viva, o aluno vai exercitando, não tanto a memória, mas também e, principalmente, a imaginação, o juízo e a razão. Observa, analisa palavras, períodos, parágrafos; resume passagens, compara; critica; adquire hábitos de estudo; desenvolve o desejo de ulteriores investigações para formação do critério de uma apreciação pessoal (FRANCA, 1952, p. 35).

Ratio Atque Institutio Studuorum Societatis Iesu – Plano de Estudos da Companhia de Jesus⁸ – mais conhecido por *Ratio Studiorum* foi um conjunto de regras e normas constituída lentamente, por meio de correspondências, para uniformizar os colégios da Ordem espalhados pelo mundo. Segundo Klein (2014), a elaboração da *Ratio Studiorum* seguiu o seguinte percurso: o Plano de Estudos de Messina, desenvolvido no Colégio Romano, recebera alterações face à diversidade de costumes. Criaram-se ‘Comissários Gerais’ e ‘Inspetores de Ensino’ para manter a uniformidade da estrutura e a eficiência pedagógica. Entre 1565 e 1573, as Congregações Gerais dos Jesuítas recomendaram a *Summa Sapientia*, codificação do material pedagógico então existente. Em 1577, o Padre Everardo Mercuriano (4º Superior Geral) esboçou uma legislação geral e uniforme para toda a Companhia. Em 1584, o Padre Claudio Aquaviva nomeou uma comissão para elaborar um plano de estudos com base nos estatutos, regulamentos dos colégios, ordenações, usos e costumes locais, acumulados em mais de 40 anos de trabalho educativo. Em 1586, a primeira versão do plano de estudos foi submetida à apreciação de toda a Companhia, em caráter provisório, sem força de lei. Finalmente, em 1591, enviou-se nova redação refeita com muitas observações que se denominou *Ratio atque institutio studiorum*. Este

7Cf. Mendonça (2006).

8Ordem religiosa, com característica militar. Fundada por Iñigo Lopez de Loyola, um cavaleiro basco, que lutou na Batalha de Pomplona e foi atingido por uma bala de canhão, desde então, passou por momentos de reflexão, que o fez rever sua vida, tornou-se um “cavaleiro de Cristo”. Inácio de Loyola, como ficou conhecido o fundador da Companhia de Jesus reuniu pouco mais de dez companheiros na Universidade de Paris, no Colégio Santa Bárbara, na França, por volta de 1534, e assim começou a ser gestada a Ordem, que foi aprovada pelo Papa Paulo III, em 1540. Se espalhando pelo mundo, com a missão de “combater” a Contrarreforma.

plano de estudos, um texto normativo, foi usado *ad experimentum* durante três anos.

Padre Franca chamou de “experiência” este longo período que se deu entre as primeiras linhas escritas do “plano de estudos” até sua regulamentação definitiva salientando que,

o *Ratio*, portanto, é filho da experiência, não da experiência de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, viva, ampla de tal amplitude, no tempo e no espaço, que lhe assegura uma grandeza majestosa, talvez singular na história da pedagogia (FRANCA, 1952, p. 42)

Toledo (2000) apontou a *Ratio* como uma das grandes contribuições dos jesuítas para os primeiro e segundo séculos da existência da Ordem, para o autor,

este documento, que não pretendeu ser um tratado pedagógico, marcou indelevelmente tanto a educação quanto a pedagogia moderna, e constitui-se hoje, para nós, numa das mais importantes referências documentais da gênese do mundo moderno (TOLEDO, 2000, p. 182).

João Adolfo Hansen (2001) traz outra perspectiva, ao tratar de alguns traços que tipificam a Companhia, mantidos e sistematizados pelo plano de estudo:

um deles é a falta de originalidade ou o fato de o *Ratio Studiorum* ser um regulamento que inclui programaticamente os cinquenta anos procedentes de experiência pedagógica da Ordem, não rompendo com a tradição do seu ensino, mas selecionando o que nele era considerada melhor (HANSEN, 2001, p. 18).

Entre experiência e falta de originalidade, ressalta-se que o *Ratio* tinha como função geral por meio de uma fórmula de educação, a uniformização dos seus colégios. Hansen, prosseguindo na análise da Ordem jesuítica, afirma:

a Companhia é uma ordem eminentemente não contemplativa e também o *Ratio Studiorum* de 1599 orienta o ensino das letras, artes e teologia no sentido de desenvolver as capacidades de assimilar, transferir e aplicar conhecimentos como intervenção nas questões do presente. Na situação contra reformista do século XVII, tal intervenção não podia ser dissociada da prática das virtudes cristãs. Assim, o sentido, por assim dizer, ‘final’ das normas e práticas do *Ratio Studiorum* de 1599 é o da ortodoxia,

seguindo-se com a máxima fidelidade a tradição e os textos canônicos autorizados pela Igreja a partir do Concílio de Trento (HANSEN, 2001, p. 18).

Esta tradição, que se deu a partir das práticas e das normas dispostas na *Ratio*, sistematizou os costumes e hábitos da Companhia de Jesus por meio dos seus métodos educativos. Se, à primeira vista, a *Ratio* parece apenas regras cuja função era reger os colégios da Companhia espalhados pelo mundo, Dominique Julia (2001) alerta que sua originalidade não estaria apenas na lentidão do seu processo de redação destacando duas razões: as correspondências contínuas, que davam conta da experiência vivida pelos colégios jesuítas, nos lugares mais longínquos e a inspeção dos padres visitantes, possibilitava a “unificação das práticas” (JULIA, 2001, p. 21); o número de correspondentes demonstra o excepcional crescimento de membros da Ordem inaciana.

Historiadores brasileiros refletindo sobre a cultura escolar tratada no *Ratio* pelo autor francês mencionam que “[...] na versão de 1586, Julia [identifica] um programa de lições e exercícios graduados de teologia à gramática. Na versão de 1591, [ressaltava analogicamente] como uma descrição da hierarquia de funções e poderes especializados da Companhia de Jesus” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 144). Comparando os documentos revelam os autores que os colégios serviam não só como local de aprendizagem de saberes, mas, também, como espaço de incorporação de comportamentos e hábitos exigidos por uma “ciência de governo” próprios da Ordem, (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 144) que transcendiam e dirigiam a formação cristã e as aprendizagens disciplinares. Julia (2001, p. 22) sintetiza seu pensamento refletindo que “a cultura escolar desemboca [no *Ratio*] no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências”.

Nesta modificação de comportamentos e hábitos dos alunos, o professor e o livro foram questões de relevância no plano de estudo descrito no *Ratio*, “[...] tudo depende do professor”, afirmou o padre João Bonifácio (FRANCA, 1952, p. 87), pois neste contexto o professor com rígida formação é o representante efetivo deste modelo disciplinador de educação, ainda como afirma Toledo (200, p. 184) “um professor para uma escola como essa deveria ser, também, um exemplo de fé. Esse foi um fator que se estendeu a outras concepções

pedagógicas modernas e contemporâneas”. O livro por sua vez, foi um objeto sempre escolhido e utilizado com muita prudência, em todos os níveis hierárquicos do Colégio da Companhia: Provinciais, dos Prefeitos de Estudos, do Reitor e dos Professores, como se notou na regra do Prefeito de Estudos:

30. Livros que se devem dar aos estudantes – Nas mãos dos estudantes de teologia e filosofia não se ponham todos os livros mas somente alguns, aconselhados pelos professores com o conhecimento do Reitor: a saber, além da Suma de Santo Tomás para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos[...] Todos os teólogos devem ter o Concílio de Trento e um exemplar da Bíblia[...] (FRANCA, 1952, p. 143).

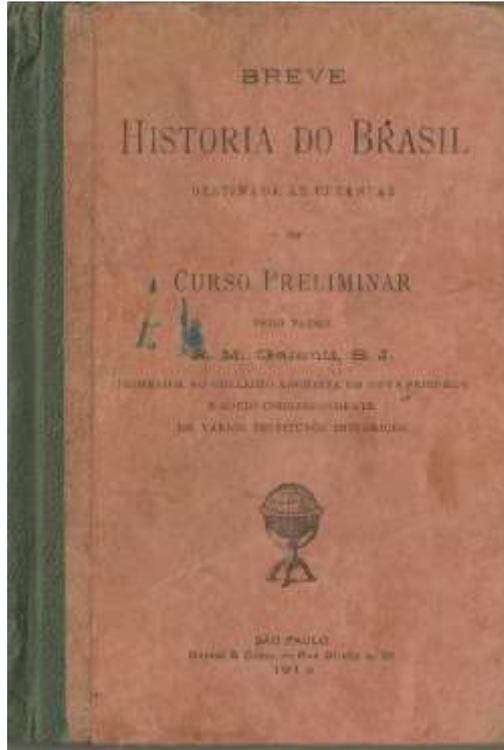
Esta regra, mostra a “firmeza ortodoxa da catolicidade” (TOLEDO, 2000, p. 186), o autor aponta tais escolhas caracterizaram a Ordem nos dois primeiros séculos e alerta,

por outro lado, não se deve esquecer que alguns padres jesuítas figuraram entre os maiores intelectuais e cientistas nos séculos XVI e XVII e, para tanto, era necessário que eles conhecessem as doutrinas recentes e os estudos feitos por autores não muito católicos em suas conclusões (TOLEDO, 2000, p. 186)

Nesta medida é relevante refletir sobre o livro didático *Breve História do Brasil*, escrito por um jesuíta. O padre que foi ensinado e vivia o sistema de ensino jesuítico, incorporou em sua escrita a metodologia da Ratio, mas teria o jesuíta se aprofundado e utilizado outras leituras e fontes? A resposta tende a ser positiva, pois, nas suas obras didáticas encontravam-se referências à Revista do Instituto Histórico Geográfico ou nas cartas do Padre Galanti localizadas na Biblioteca Nacional enviadas ao seu diretor, Ramiz Galvão, nas quais solicitava os Anais da BN, que também utilizou como referências em seus livros.

Atentando para materialidade do livro, na qual é possível, segundo Munakata (2012, p. 185) “apreender a materialidade é, antes, conhecer o processo de produção, circulação e consumo de livros, no interior do qual seus elementos, por exemplo, o tamanho da página, adquire inteligibilidade.”

Figura 1 - Capa, 1913



Fonte: Arquivo pessoal

Na capa do manual escrito pelo padre pode-se notar uma forma de diálogo com o leitor, quando o autor se legitima pelo pertencimento aos Institutos Históricos. Sobre essas “referências” Silva (2008) afirmou que o destaque nas capas e contracapas sobre a origem, experiência no magistério ou nos institutos de pesquisa que atuavam, antecipa ao leitor a relevância do que vai ser lido e o lugar do qual se dirige. São marcas de legitimidade de Galvani sua larga experiência no magistério - o autor já havia lecionado no Colégio São Luiz (Itu - SP), no Colégio do Desterro (SC), no Seminário de Belém (PA) e, naquele momento, no Colégio Anchieta (RJ) - e sua posição no cenário da historiografia como sócio e correspondente de vários institutos de pesquisas historiográficas, como Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro, Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, Instituto Histórico Geográfico da Bahia, Instituto Arqueológico de Pernambuco, Academia de Letras de Pernambuco e Centro Luz e Ciências de Campinas.

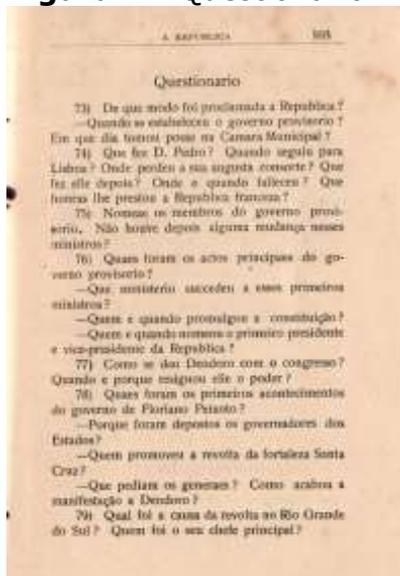
À medida que se folheiam as páginas do livro de Galvani, apreende-se vestígios do *Ratio Studiorum*. Pela disposição do conteúdo de visão eurocêntrica: o impresso possui uma introdução cujo título é “Factos que levaram ao

descobrimiento do Brasil”, tratando a história do Brasil como continuação da história portuguesa e desdobramentos factuais da História brasileira na perspectiva europeia:

Epoca I – ‘O Brasil até o domínio da Hespanha’ – 1500 – 1581; Epoca II – ‘O Brasil sob o domínio da Hespanha’ 1581 – 1641; Epoca III – ‘Desde a restauração de Portugal até a chegada da família real ao Brasil’ 1640 – 1808; Epoca IV – ‘O Brasil centro da monarquia portuguesa’ 1808 – 1822; Epoca V – ‘Reinado de Pedro I’ 1822 – 1831; Epoca VI – ‘Reinado de Pedro II’; Epoca VII – ‘Ultimos anos da monarquia’; Epoca VIII – ‘A Republica’ (GALANTI, 1913).

O autor destacou em forma de subtítulos, personalidades e fatos históricos considerados mais importantes. Para cada parte há ainda, títulos correntes⁹ que por vezes apenas repetem os títulos e, por outras, dão a impressão da frase que resume o capítulo, impossibilitando afirmar, porém, quem os escolhia, ou os definia, se o autor ou o editor. Ao final de cada capítulo há, ainda, três elementos, que didaticamente a compõe: Cronologia, Datas principais e Questionario.

Figura 2 - Questionario¹⁰



Fonte: Arquivo pessoal.

⁹“A principal finalidade dos títulos correntes, que se repetem nas páginas de uma publicação, é mostrar ao leitor para que livro, para que parte, capítulo ou outra subdivisão está olhando” (FONSECA, 2008, p. 267).

¹⁰ Refere-se à grafia original do livro.

Os exercícios eram exortados pela *Ratio*, pois constituíam também a sua metodologia, compreendidos como “os processos didáticos adotados para a transmissão de conhecimento” (FRANCA, 1952, p. 56). Assim, o “Questionário” ao final de cada seção, remete aos exercícios feitos pelos alunos dos primeiros colégios jesuíticos regidos pelo “plano de ensino” dos inicianos. As questões minuciosas levavam a uma (ou mais) releitura(s) do texto e à sua repetição, segundo Franca (1952, p. 59), sem render-se a memorização, mas preconizando o “exercício cotidiano da memória” que estava ligada à atividade da inteligência e da razão. Para chegar a esta fase da educação jesuítica era necessário passar, por exemplo, pela lição “de cor”. Era objetivo possivelmente também do questionário “preparar” os alunos para as etapas posteriores das lições que deveria aprender.

Jean Hérbrard (2007), ao tratar a história das lições e dos exercícios nas escolas francesas, entre os séculos XIII e XX, apontou que os dois termos evocam para o historiador da educação as noções de “saber” e de “competência”, traçando a estrutura do sistema educacional francês – a escola, o colégio e o liceu –, cujas características elencou. No colégio, destacou a vida organizada em regras precisas e rigorosas, enfatizando o *Ratio Studiorum* como um modelo que se espalha no século XIV; isso, em contraponto à escola, nascida, segundo o autor, após o “Concílio de Trento (1545-1553), a fim de permitir a todos os cristãos, mesmo os mais pobres, mesmo as mulheres, conhecer esta ciência da salvação, sem a qual ninguém poderia ser salvo” (HÉRBRARD, 2007, p. 15). Nesta, aprendia-se a ler o catecismo, sem a obrigação de escrever, sobre o que ele detalha:

[...] no colégio, a lição e o exercício são dois tempos distintos da aprendizagem: a lição pertence à relação professor-aluno; o exercício pertence somente ao aluno. Na escola, fundada sobre a lição, o exercício e a lição se confundem. A escola inventa, assim, uma prática de oralização que é, de fato, um exercício, pois visa a fazer interiorizar, pelo aluno, um saber (religioso) cuja avaliação é a manifestação de uma competência: saber identificar num texto os relatos ou as explicações que se tem, por outro lado, na memória (HÉRBRARD, 2007, p. 14).

Nesse sentido, colégio e escola proporcionam aos seus alunos, a partir da repetição, um exercício mental: o da memorização, tanto de saberes religiosos

como de conteúdos julgados relevantes para formação do indivíduo e do bom católico. O livro *Breve História do Brasil*, de modo idêntico, também exerceu tal função, conforme pode-se depreender, ao se observar a sua folha de rosto do exemplar que teria feito parte do acervo da biblioteca do Colégio São Luís. De fato, ele foi usado tanto como catecismo dominical quanto como livro de leitura nas aulas de catecismo.

Ao dialogar com Dominique Julia (2001, p. 19), notei que “mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola”, deste modo a crise da Companhia de Jesus, com a supressão da Ordem (1759) em Portugal e suas colônias, por conta de um Decreto do Marquês de Pombal confiscando os bens da Companhia e extinguindo a Companhia de Jesus em todo o reino¹¹. De acordo com Franca (1952) os inacianos e seus colégios não estiveram “petrificados”, se adaptaram às novas exigências do tempo que se modificava e dos locais, onde funcionaram os colégios da Ordem, pois previa flexibilidade, conforme indica Franca (1952, p. 24) na regra 39 do Provincial:

Como, porém, na variedade de lugares, tempos e pessoas, pode ser necessária alguma diversidade na ordem e no tempo consagrado aos estudos, nas repetições, disputas e outros exercícios e ainda nas férias, [o Provincial], se julgar conveniente na sua Província alguma modificação para maior progresso das letras, informe o Geral para que se tomem as determinações acomodadas as necessidades, de modo, porém, que se aproximem o mais possível da organização geral dos nossos estudos.

Assim, além de organizada, com flexibilidade, a pedagogia inaciana também se modificava, mas com a intenção de preservar ao máximo sua tradição de ensino.

No início a *Ratio Studiorum* possuía três currículos: teológico, filosófico e humanista, perfazendo mais de uma década de estudos, baseado nos seguintes eixos de estudos: Retórica, Filosofia, Gramática, Humanidades e Teologia. Posteriormente, introduzidas as disciplinas de história, geografia e matemática. No entanto, todas as disciplinas estiveram voltadas para consolidação dos cinco

11 Somente depois o Papa Clemente XIV (1769-1774) decreta a supressão da Companhia de Jesus pela Igreja católica através do Breve *Dominus ac Redemptor*, de 21 de julho de 1773.

eixos, citados anteriormente. Os livros de Padre Galanti também estiveram voltados para à educação integral do aluno.

3. Outras escritas da História do Brasil

Os livros didáticos foram importantes para seus leitores, fossem eles alunos ou professores, na medida em que para os primeiros propunham leitura individual ou coletiva, memorização e questionários que facilitavam sua aprendizagem; para os docentes os livros didáticos serviram como suportes para as aulas, trazendo instruções para sua utilização, no momento que a maioria dos professores em exercício não tinham habilitação de uma Escola Normal, que se podiam também apreender a metodologia conforme percorre os livros didáticos em sua concretude. Seja qual for o objetivo didático a que se destina, sejam de leitura, de consulta ou dicionários tornaram-se objetos de grande importância e central na escola tempo dentre eles, os didáticos (HERNANDEZ DÍAZ, 2002), sendo o livro didático o portador dos saberes escolares e que representa, também, um componente da cultura material escolar.

Encontrei outras escrituras em livros didáticos¹² contemporâneos ou posteriores aos livros de Pe. Galanti, e tomei como indícios que me possibilitaram inferir que os livros de autores não religiosos demonstravam especificidade ou semelhança, diante dos manuais jesuíticos.

Circe Bittencourt (2004) ao estudar as práticas de leitura dos livros didáticos, que também deveria auxiliar no aprimoramento da escrita, fornece pista de como os conhecimentos eram ensinados pelos professores e praticados pelos alunos, apontando o papel homogeneizador do saber escolar deste suporte de escrita:

[que deveria] reforçar os métodos de ensino baseados na memorização, em uma, escola concebida como transmissora dos conhecimentos das diferentes disciplinas. O livro didático deveria ser utilizado como instrumento de memorização, ocasionando a prática do 'saber de cor [...]' (BITTENCOURT, 2004, p. 18).

¹²Busquei nos manuais de História do Brasil, que em sua capa anunciam que são dedicados às crianças ou a escola primária, demarcando semelhança com o impresso investigado.

Desta forma, a utilização do livro didático em sala de aula e do conteúdo que continha possibilita, inclusive, apreender a relevância deste suporte no processo de escolarização. Ao mesmo tempo em que traz regras e exigências educacionais permite observar em que medida eram cumpridas ou não por docentes e discentes, dando a ver o cotidiano escolar.

Breve História do Brasil é o que contém a menor paginação (113) e o menor formato, in - 8º. Sua capa é dura (também as capas cartonadas são características do período). A única imagem do livro de Galanti (1913) é um globo terrestre na capa e na folha de rosto. Dos livros analisados, todos eles têm imagens, com repetição de algumas, como a estátua de Pedro Álvares Cabral. Apenas em *História do Brasil*, de Mario Bulcão, (editado com 142 páginas e publicado pela Typografia Magalhães, em 1910), não há imagem do monumento inaugurado no Rio de Janeiro, por ocasião do IV centenário do descobrimento. Os demais livros pesquisados contêm, entretanto, imagens na capa e na abertura de todos os capítulos, onde todas as imagens são femininas e não são identificadas.

A repetição das imagens nos livros confrontados são de: Pedro Álvares Cabral, indígenas, arma, adornos e utensílios indígenas, mapas e paisagens. Lembra Bittencourt (2004) que as gravuras de domínio público tornavam o custeio da obra mais barato. Mesmo repetidas, essas imagens comunicam, reforçam ideias e, ao mesmo tempo, estimulam a leitura, tornando mais palatáveis às crianças. Estas imagens serviam, ainda, como convencimento da veracidade pelo "uso da prova" (SILVA, 2012).

O livro escrito por Mario Bulcão (1910), juntamente com o de João Ribeiro, em sua oitava edição pela Livraria Francisco Alves, em 1917, com 144 páginas, não tem nenhum questionário ou perguntas. Já os de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1928) e Joaquim Manuel de Macedo (1907) possuem questionários ao final de cada período, semelhante ao *Breve História do Brasil*, de padre Galanti, enquanto o de Joaquim Maria de Lacerda (1911) tem formatação diferenciada pelas perguntas e respostas, que vão dando conta de narrar cada período histórico. O livro do jesuíta não tem prefácio, prólogo ou advertência, indicando seu público apenas no título. Todos os demais manuais têm alguma escrita inicial para o leitor, inclusive com instruções sobre os questionários, ainda

que esta parte esteja seja direcionada a um adulto (professor diretor ou pais das crianças leitoras).

Em *Pequena História do Brasil por perguntas e respostas*, com 188 páginas, publicado pela Francisco Alves & Cia., Lacerda (1911) fornece indícios dos usos da sua obra, que fora aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública, agradecendo aos professores e diretores que acolheram seu livro nos colégios, o que fez a publicação superar os dez mil exemplares publicados na primeira edição. O impresso *Lições de História do Brasil para uso da instrução primária*, conta com a maior quantidade de páginas, 519, e foi editado pela H. Garnier. O prefácio explica ao leitor a metodologia utilizada: as explicações, quadros sinópticos e perguntas que seguem cada lição, tendo a finalidade de “facilita-las, e de grava-las na memória dos discípulos” (MACEDO, 1907, p. 1). Aos docentes alerta o livro que, por mais que os meninos tenham decorado as lições, o “professor é a alma do livro” “aplicando com paciência e consciência do ensino” (MACEDO, 1907, p. 1), orientando aos lentes a reprodução dos quadros sinópticos no papel ou na pedra, para que, em pouco tempo, se colhessem importantes resultados. *Rudimentos de História do Brasil* (1936) também possui uma advertência, que parece explicar a escrita para o curso preliminar “este é o curso inferior agora revisto e atualizado; contém apenas os rudimentos da história da pátria, exigidos na escola primária” (RIBEIRO, 1936, p. 5). No caso de *Resumo de História do Brasil para uso das escolas primárias brasileiras* (1928), o autor, através de uma epígrafe revela seu desejo de despertar no coração dos meninos o interesse e o amor pelas coisas da pátria, e seguir seu mestre G W Pockels¹³, cujas palavras transcreve. A análise desses manuais objetivou compreender conformidades e especificidades frente à obra de padre Galanti, e ainda, a influência que o *Ratio Studiorum* exerceu nas escolas ou nos suportes por elas utilizadas, em finais do século XIX e início de XX.

Considerações finais

¹³Nos Relatórios do Ministro dos Negócios do Império (1869, 1871, 1872), que trazem quadros sobre exames finais na Corte, Pockels aparece como professor de história. Cf. Schueler, Chamon e Vasquez (2012).

Apesar de o contexto do século XX, ser diferente daquele que a pedagogia inaciana se configurou e aí a própria *Ratio Studiorum*; a Ordem buscava recuperar o prestígio junto à sociedade, em meio às mudanças profundas nas relações entre a Igreja Católica e o Estado Republicano, demonstradas inclusive a partir das relações estabelecidas pelos padres da Companhia de Jesus com outros intelectuais.

Analisar um livro didático publicado no Brasil de autoria de um jesuíta e professor, possibilitou-me notar a difusão da meta política republicana de civilizar a criança, ultrapassando a barreira religiosa para impor-se. A propagação da *Ratio Studiorum* por meio do *Breve História do Brasil*, escrito por padre Raphael Maria Galanti, proporcionou interpretar a influência e a tradição que a Companhia buscou frente à sociedade brasileira. O cotejamento do livro de Galanti com outros autores não religiosos possibilitou identificar permanências e continuidades metodológicas do livro de Pe. Galanti sobre novas bases porque, da edição à comunicação do autor com seu leitor, o livro do jesuíta pouco difere dos demais publicados naquela temporalidade. O que caracteriza o livro de Pe. Galanti é seu público-leitor, nas escolas jesuíticas, razão da sua quase invisibilidade historiográfica.

Referências

ANDRADE, Guilhermina Loureiro. *História do Brasil*. São Paulo: Typografia Augusto Siqueira, 1928.

BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BULCÃO, Mario. *História do Brasil*. São Paulo: Typografia Magalhães, 1910.

ESCOLANO BENITO, Augustin. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. *Revista Linhas*, 11(2), 13 – 28, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125>. Acesso em 25 mar 2018

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, Andre Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FONSECA, Joaquim da. Tipografia & Design gráfico: Design e produção de impressos e livros. Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Bookman, 2008.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCA, Leonel S. J. *Ratio Studiorum: o método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GALANTI, Raphael Maria. (Discurso). Posse do pe. Rafael Galanti. Rio de Janeiro: RIHGB, 1897.

GALANTI, Raphael Maria. *Breve história do Brasil: destinado às creanças do curso preliminar*. São Paulo: Duprat, 1913.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). *Tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 13-41.

HÉRBRARD, Jean. A lição e o exercício: algumas reflexões sobre a história das práticas escolares de leitura e escrita. *Educação*. Santa Maria, v. 32 - n. 01, p. 11-20, 2007. pp. 11-20. Disponível em <http://www.ufsm.br/ce/revista>

HERNÁNDEZ DIAZ, Jose M. Etnografia e historia material de la escuela. In: BENITO, Augustín Escolano; DIAZ, Jose Maria Hernandez (coord.). *La memória y el deseo cultura de la escuela y educación deseada*. Valencia: Tirantlo Blanch, 2002.

JORNAL AURORA COLEGIAL. Nova Friburgo, 7 set. 1911.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

KLEIN, Luiz Fernando. Restauração da Companhia de Jesus e da pedagogia jesuíta. JORNADA INTERNACIONAL DE INNOVACIÓN ACADÉMICA. Encuentro de Reflexión sobre Pedagogía Ignaciana. Universidad Rafael Landívar, Guatemala. Disponível em <http://www.pedagogiaignaciana.com/Noticias/VerNoticia.aspx?IdNoticia=1039> Acesso em 03/06/2017.

LACERDA. Joaquim Maria. *História do Brasil por perguntas e respostas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1911.

MACEDO, Joaquim M. *Lições de história do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro e Editor, 1907.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista - imprensa e práticas culturais em tempos de República: São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MENDONÇA, Ligia Bahia. *Educação jesuítica: marcas do primeiro projeto educacional brasileiro*. Rio de Janeiro: UNESA, 2006.

MENDONÇA, Ligia Bahia. *O silêncio da ação: jesuítas no Brasil pós-Reforma Pombalina*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v20n50/2236-3459-heduc-20-50-00119.pdf>. Acesso: 23 jan. 2018.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 3, p. 51-66, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072012000300004&lang=pt. Acesso em: 15 jan. 2018.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *Práticas de leitura e memória escolar*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO – SBHE, 2., 2002, [Belo Horizonte]. *Anais eletrônicos* [...]. [Belo Horizonte]: SBHE, 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0303.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RESUMO do Programma de Ensino. São Paulo: Duprat, 1912.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

SCHUELER, Alessandra Frota Marinez; CHAMON, Carla Simone; VAZQUEZ, Grabiél. Ensinar história na escola primária oitocentista: o resumo da história do Brasil, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. *Gênero*, Niterói, v. 11, p. 15-34, 2012.

SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Mimeo.

_____. *Escritas de viagem, escritas da história: estratégias de legitimação de Rocha Pombo no campo intelectual*. 2012. Tese (Doutorado em educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a Ratio Studiorum. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, v. 22, p. 181-187, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v22i0.4160>. Acesso em: 5 maio 2020.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (org.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustin Benito. *Currículo, espaço e subjetividade*. Rio de Janeiro: DPA, 1998. p. 59-141.

Recebido em 30 de Setembro de 2018

Aprovado em 28 de Abril de 2020